

Análise do domínio organizacional na perspectiva arquivística: um estudo baseado na metodologia proposta por *Designing and Implementing Recordkeeping Systems, DIRKS*

Célia da Consolação Dias

Doutora em ciência da informação pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Professora adjunta da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG - Brasil
E-mail: celiadias@eci.ufmg.br

Lídia Alvarenga

Doutora em ciência da informação pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Professora da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG – Brasil
E-mail: lidiaalvarenga@eci.ufmg.br

Resumo

Tem-se como objeto de estudo formulários da Metodologia DIRKS, *Designing and Implementing Recordkeeping Systems*, visando-se ao delineamento de um domínio organizacional. Os pressupostos da pesquisa são os seguintes: o levantamento das entidades de um domínio organizacional antecede à sua estruturação; os elementos constantes do domínio organizacional são essenciais para nortear a construção de instrumentos necessários à gestão de documentos; obter os elementos do domínio organizacional pela abordagem proposta pela DIRKS propicia sua contextualização; a implementação da DIRKS fornece as garantias necessárias para validar instrumentos de gestão de documentos. Este trabalho tem como objetivo mapear as entidades presentes nos formulários de coleta de dados da Metodologia DIRKS. Foram analisados oito (08) formulários, utilizados na implantação do projeto de Elaboração de Instrumentos de Gestão: planos de classificação, tabelas de temporalidades e destinação de documentos de arquivo para as atividades finalísticas do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. A metodologia do estudo é formada por 12 etapas que se estendem do processo da identificação de entidades constantes dos campos dos formulários ao seu mapeamento em um sistema categorial que partiu das categorias fundamentais de Ranganathan. Para diagramação do sistema categorial, foi usado o *software Protégé*. Obteve-se como resultado um sistema categorial que permitiu representar um domínio organizacional. Os resultados foram analisados e discutidos no contexto da gestão de documentos, ensejando reflexões sobre a análise e *design* de domínios organizacionais do ponto de vista arquivístico.

Palavras-chave

Análise de domínio. Gestão de documentos. ISO 15.489. Metodologia DIRKS. Modelagem de domínio organizacional. Domínio organizacional.

Organizational domain analysis in the recordkeeping perspective; a study based on the *Designing and Implementing Recordkeeping Systems, DIRKS, methodology*

Abstract

This research aims to study forms of DIRKS Methodology – Designing and Implementing Recordkeeping Systems, for designing of an organizational domain. The assumptions of this research are: the collecting of the entities of a domain is prior to its organizational structure; the organizational domain is essential to create the necessary tools for a recordkeeping system; the functional approach proposed, and implementing of the DIRKS provides its context and the necessary guarantees to validate tools for document management systems. This work aims specifically to map the entities present in the data collection forms of DIRKS Methodology. It has analyzed eight (08) forms, used in implementing the project of development of management tools, such as: document classification schemes, tables of temporalities, in the context of records for the activities of the Executive Branch of the Brazilian State of Minas. Its methodology consists of twelve (12) steps that extend from the process of identifying entities in the form fields to their mapping into a categorial system using the key categories of Ranganathan. For layout of the categorial system protégé software was used. As result a categorial system that represents an organizational domain is founded. The results were analyzed and discussed in the context of document management, occasioning reflections on the analysis and design of organizational domains from the records management point of view.

Keywords

Organizational domain analysis. Records management. ISO 15.489. DIRKS Methodology. Modeling organizational domain. Organizational domain.

INTRODUÇÃO

A análise de domínios conceituais, disciplinares ou organizacionais envolve um processo que compreende o levantamento de informações para a identificação de suas entidades ou elementos, incluindo objetos, atributos, ações, tempos, espaços e relações. Posteriormente, os elementos resultantes desse processo podem vir a ser organizados e representados, visando-se a diversas aplicações, destacando-se dentre estas a concepção de sistemas de recuperação da informação, o delineamento de um campo disciplinar, a criação de linguagens documentárias e ontologias e a concepção de sistemas de gestão arquivística nas organizações.

Esta pesquisa tem por objetivo geral mapear as entidades presentes em formulários de coleta de dados de uma metodologia reconhecida internacionalmente para gestão de documentos e destinada à elaboração de instrumentos de gestão de documentos arquivísticos. Nesse caso, o domínio organizacional se caracteriza por ser formado por entidades portadoras de características comuns, relacionadas a um cenário onde os documentos de arquivos decorrem de atividades organizacionais.

O objeto empírico deste estudo compreendeu um conjunto de formulários, utilizado nos três primeiros passos da Metodologia *Designing and Implementing Recordkeeping Systems*, DIRKS. Esta metodologia foi adotada e implementada pelo Arquivo Público Mineiro, no Projeto de Elaboração de Instrumentos de Gestão: Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidades e Destinação de Documentos de Arquivo para as Atividades Finalísticas, em vinte (20) órgãos do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, no período de 2007 a 2009.

O presente trabalho é relevante para a ciência da informação, especificamente para a arquivologia e suas relações com campos fronteiriços, por tratar de uma análise que resulta na criação de um sistema categorial representativo de domínio organizacional, do ponto de vista da gestão de documentos arquivísticos.

Espera-se que ele possa contribuir para a exploração e comparação de análises de domínios, voltadas para outras vertentes da ciência da informação, tais como a biblioteconomia e a museologia.

O referencial teórico-conceitual e metodológico, assim como suas análises e discussões foram respaldados pelo Manual DIRKS (AUSTRALIA, 2001); e por autores dos campos da análise de domínio e da arquivologia. As questões e pressupostos básicos foram: Quais são as entidades que os instrumentos de coleta de dados da Metodologia DIRKS identificam como os elementos fundamentais para a modelagem de um domínio organizacional? De que natureza são essas entidades? Como elas podem ser modeladas, representando esse tipo de domínio?

Seguem-se os pressupostos: 1. A Metodologia DIRKS, fruto de trabalho metucioso de prospecção que contribuiu para a elaboração de norma internacional, pode se constituir em fonte consistente para o levantamento de entidades de um domínio organizacional; 2. As entidades representantes de um domínio organizacional norteiam a construção de instrumentos necessários à gestão de documentos; 3. O levantamento das entidades de uma organização pela abordagem funcional, apresentada nos formulários da Metodologia DIRKS, pode contribuir para a análise e modelagem de um domínio organizacional.

O objetivo geral deste estudo foi mapear entidades que os instrumentos de coleta de dados da Metodologia DIRKS disponibilizam, visando-se à modelagem de um domínio organizacional. Dentre os objetivos específicos destacam-se: analisar o potencial da Metodologia DIRKS para delineamento de domínios organizacionais; analisar formulários dessa metodologia quanto às entidades do domínio organizacional neles constantes; criar um sistema categorial com as entidades que representam um possível domínio organizacional, presentes nos formulários da Metodologia DIRKS; modelar um domínio organizacional-padrão; discutir os

resultados encontrados, à luz da literatura, no que se refere à prospecção e à modelagem de domínios organizacionais, visando à gestão de documentos arquivísticos. Por domínio organizacional-padrão entende-se, neste trabalho, o conjunto de elementos aplicáveis a diferentes organizações. A figura 1 apresenta a visão geral do estudo ora apresentado.

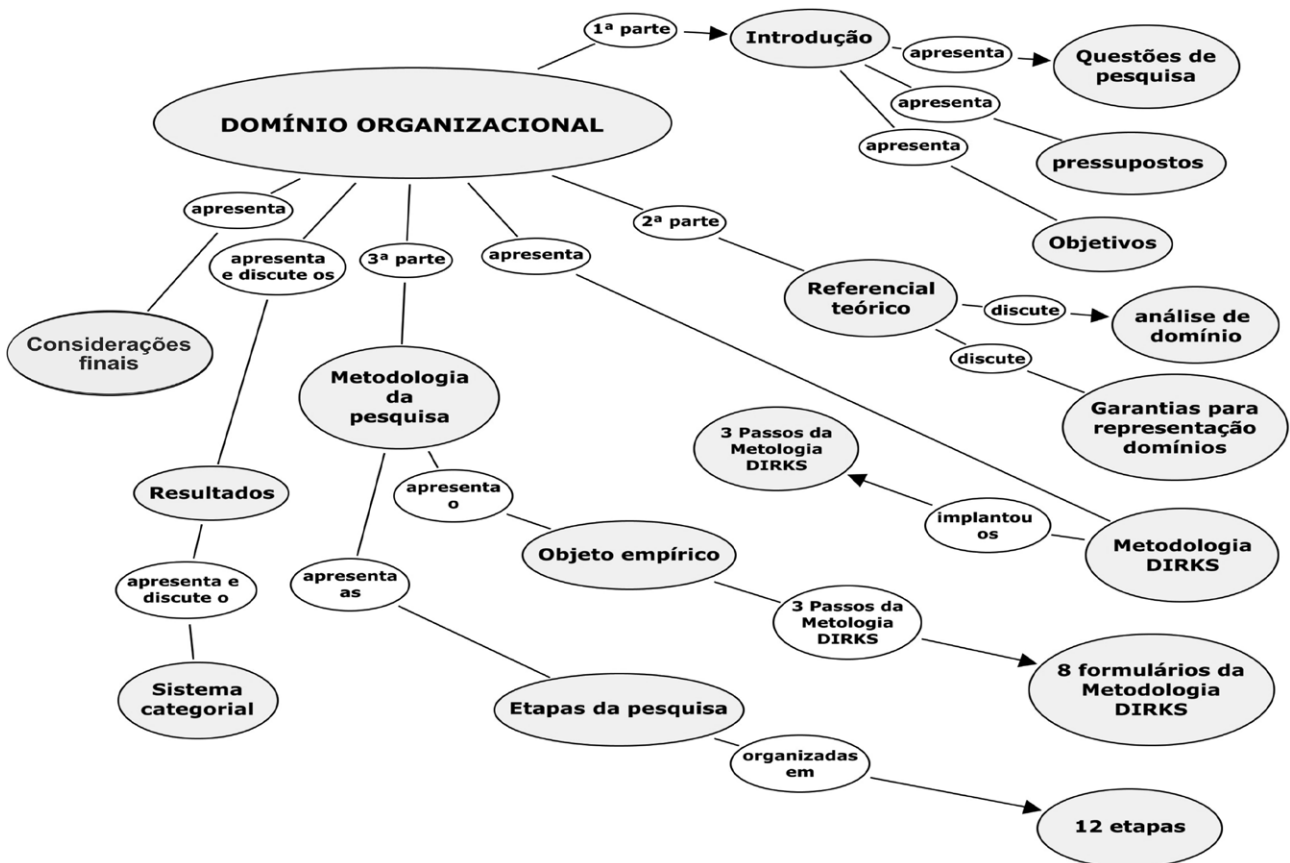
Seguem-se alguns enunciados sobre análise de domínio. Para Hjørland (1997), o objeto da análise de domínio é o desenvolvimento de informações coletivas e de estruturas de conhecimento. Tal análise é feita com base nas informações oriundas das comunidades discursivas, a partir da sua linguagem e de suas condições culturais e históricas.

O termo análise de domínio foi introduzido por Neighbors (1981) como “a atividade de identificar os objetos e as operações de uma classe de sistemas similares em um domínio de problema particular.” (citado por PRIETO-DÍAZ, 1990, p.48). Autores como Cima e Werner (1997); Prieto-Díaz (1990), Guizzardi (2005) e Arango (1994) discutem acerca das definições do termo, bem como as suas características.

Para esclarecer a definição e o uso da análise de domínio, Cima e Werner (1997) também relacionam seu uso ao desenvolvimento de sistemas, assim como Beghtol (1995) e Prieto-Díaz (1990). Cima & Werner (1997) afirmam que a ideia central da análise

FIGURA 1

Visão geral: análise do domínio organizacional na perspectiva arquivística



Fonte: Elaborado pelas autoras

de domínio é identificar o que constitui o domínio e que este domínio tem como produto “modelos que contêm informações sobre um domínio e que podem ser reutilizados no desenvolvimento de sistemas.” (NARDI, 2006)

Além disto, Prieto-Díaz (1990, p.47) observa que a análise de domínio pode ser definida como “o processo pelo qual a informação, usada no processo de desenvolvimento de *software*, é identificada, capturada e organizada, com o propósito de torná-la reusável quando da criação de novos sistemas”. Em relação aos objetivos, o autor destaca: “um dos objetivos da análise de domínio é fazer com que toda informação esteja prontamente disponível” e que possa ser utilizada posteriormente (PRIETO-DÍAZ, 1990, p.47)

Sabe-se que a análise de domínio, como campo de estudo teórico ou aplicado, extrapola a área da ciência da informação e deve se fundamentar em fontes credenciadas que lhe garantam consistência. Para discutir as garantias necessárias à elaboração de instrumentos de representação do conhecimento, incluindo análise de domínio, foi consultado o estudo de Barité (2007). Para este autor, além da garantia da literatura, devem ser considerados também os consensos científico, educacional e especializado das comunidades de cada domínio específico. Dentre todas as garantias identificadas na literatura, ressalta-se a garantia organizacional. Nesse tipo de garantia as organizações compreendem entidades e conceitos próprios.

METODOLOGIA DIRKS

Em 1990, o Arquivo Nacional da Austrália iniciou a revisão dos processos de gerenciamento arquivístico das instituições públicas do país. A criação do comitê de normas foi uma iniciativa da Associação Profissional de Arquivistas da Austrália¹ que, em 1992, contactou a instituição normalizadora

australiana sobre a possibilidade de elaboração de uma norma para gestão de documentos de arquivo. Assim nasceu o Comitê IT/21. É importante ressaltar que a norma australiana reflete não só as práticas comuns adotadas nas instituições arquivísticas australianas, mas também aquilo que o comitê considerou ser as melhores práticas nos últimos anos, tanto na Austrália quanto no cenário internacional. O Manual DIRKS se originou do trabalho cooperativo entre as instituições arquivísticas australianas e o Arquivo Nacional da Austrália, tendo como base a norma australiana AS 4390-1996, que contribuiu para dar origem à norma AS ISO 15.489, publicada em março de 2002, e que fornece diretrizes para um projeto de gestão arquivística (AUSTRALIAN STANDARD, 2008).

A Metodologia DIRKS tem como objetivo fornecer orientações sobre práticas para o gerenciamento de informações e documentação, tanto em organizações públicas quanto privadas. Além disso, está baseada nas necessidades do negócio de uma organização, possibilitando um estudo minucioso das atividades, processos, funções e necessidades de cada órgão, fato que também contribui para a justificativa da presente pesquisa. A metodologia foi originalmente concebida em oito passos, não tendo sido projetada para ser seguida de modo linear. De acordo com orientações expressas, esses passos podem ser realizados parcial ou gradualmente, em diferentes estágios, de acordo com as necessidades organizacionais e requisitos de conformidade com as mudanças do ambiente organizacional e do gerenciamento de documentos. De forma completa, os passos da metodologia DIRKS são: a) Investigação preliminar; b) Análise das atividades de negócio; c) Identificação dos requisitos de arquivamento; d) Avaliação dos sistemas existentes; e) Identificação das estratégias para satisfazer os requisitos de registros; f) Concepção de um sistema de gestão de documentos; g) Implementação de um sistema para gestão de documentos arquivísticos e h) Avaliação da implementação de um sistema. (AUSTRALIA, 2007).

¹ Records Management Association of Australia - RMAA.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa analisou um conjunto de oito (8) formulários usados na implementação dos passos A), B) e C) da Metodologia DIRKS e assim distribuídos:

Quatro (04) formulários do Passo A) - Investigação Preliminar. São eles: 1) Formulário de Identificação de Fontes – Leis e Decretos; 2) Formulário de Identificação de Fontes - Normas Específicas – Regulamentos; 3) Formulário de Identificação de Fontes – Outras Fontes Incluindo Entrevistas e 4) Levantamento do Contexto Organizacional;

Três (03) formulários do Passo B) - Levantamentos de Atividades. São eles:

5) Formulário de Levantamento de Função ; 6) Tabela 1: Análise de Atividades 7) Análise de atividade - Fluxo da Transação;

E um (01) do Passo c) - Identificação dos Requisitos de Arquivamento: 8) Tabela 2 - Identificação de Requisitos de Arquivamento.

Consideram-se entidades, neste estudo, diversificados elementos constantes dos campos que compõem os formulários analisados, identificados como entidades constitutivas de domínios organizacionais. É importante ressaltar que os elementos analisados na pesquisa foram obtidos nos formulários, em sua fase anterior à coleta dos dados; isto é, foram levantadas as entidades enunciadas nos títulos de questões ou nomes de campos presentes em cada formulário. Com o objetivo de melhor esclarecer o conteúdo de cada questão ou campo, foi analisado também um exemplar dos mesmos formulários já preenchidos com os dados da Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais.

Metodologicamente, a pesquisa pode ser considerada exploratória, baseada na literatura de campos fronteiriços e no estudo empírico de entidades constantes de formulários propostos por uma fonte credenciada internacionalmente, visando-se à

análise e estruturação de um domínio organizacional padrão, para aplicação na gestão arquivística.

Os estudos de Ranganathan, que orientaram a modelagem de domínio organizacional proposta, sempre exerceram grande influência na ciência da informação e em outros campos, e se acham relatados em extensa e relevante literatura do campo da teoria de classificação. Entretanto, esses estudos não serão explorados neste texto. Ressalta-se que, na presente proposta, foram consideradas as categorias fundamentais de Ranganathan: Personalidade (P), Matéria (M), Energia (E), Espaço (S) e Tempo (T), com exceção da categoria Matéria (M), que não foi aplicável ao universo empírico da pesquisa.

O método usado para o levantamento das entidades foi o analítico-sintético, também preconizado por Ranganathan, tendo sido elas organizadas, posteriormente, segundo as referidas categorias. Métodos similares, visando-se à organização conceitual para fins de análise de definições de publicações oficiais e de construção de ontologias, foram usados nos estudos realizados por Alvarenga (2003) e por Moreira e Alvarenga (2004), procedimento resgatado nesta pesquisa devido ao seu potencial para a aplicação na modelagem de domínios organizacionais. Ressalta-se que a classificação facetada e as categorias do PMEST foram apontadas como técnicas de modelagem de domínio por Prieto-Díaz (1990) e Vickery (1960).

MODELAGEM DO DOMÍNIO ORGANIZACIONAL

A metodologia desta pesquisa compreendeu doze (12) etapas:

Etapa 1: Organização do material empírico: a atividade consistiu na reunião de todos os instrumentos recomendados pelo Manual DIRKS e o Manual do Arquivo Público Mineiro, com o objetivo de verificar a correspondência entre esses e a ocorrência de alterações feitas para adaptá-los

à realidade arquivística das instituições públicas do Estado de Minas Gerais.

Etapa 2: Análise dos campos dos formulários: em primeiro lugar, os formulários foram analisados para identificar os campos e para a sua compreensão; a seguir suas questões, e/ou campos dos formulários foram analisados, separados e reorganizados, para facilitar o entendimento e uso;

Etapa 3: Complementação dos campos dos formulários: em seguida, foi feita a complementação das denominações dos elementos (campos) para evitar que descontextualizados eles perdessem seu sentido e vínculo com os formulários originais;

Etapa 4: Codificação das entidades dos formulários: nessa etapa, foi refeita a numeração do código dos campos de cada formulário. A codificação inserida contém o número de identificação do apêndice, o número da questão ou item do formulário e o detalhamento do campo identificado com um número decimal sequencial. Esse código foi usado para identificar a entidade na nova estrutura e para manter a ligação do número do documento original;

Etapa 5: Reunião alfabética das entidades: a seguir todas as entidades constantes dos campos dos formulários foram reunidas em uma só listagem em ordem alfabética. O código da entidade foi transferido para o final de cada denominação de entidade;

Etapa 6: Identificação das categorias fundamentais: a lista alfabética das entidades dos campos de cada formulário foi analisada e classificada segundo as categorias fundamentais de Ranganathan. As letras correspondentes às categorias (**P** Personalidade, **E** Energia, **S** Espaço e **T** Tempo) foram colocadas no início de cada campo/ entidade, na listagem alfabética. O código de identificação da entidade (campo) foi mantido para facilitar o retorno às origens, quando necessário para esclarecer possíveis dúvidas.

Etapa 7: Agrupamento das entidades para formação das categorias fundamentais: como apoio a essa tarefa, tornou-se necessário recorrer

à definição de cada categoria fundamental para se certificar de que o agrupamento foi feito de modo consistente. Assim tornou-se possível separar cada conjunto e agrupar as categorias. A seguir as categorias fundamentais foram analisadas e divididas em elementos com características comuns que resultaram na criação de categorias específicas e suas subdivisões;

Etapa 8: Identificação das categorias específicas: após o agrupamento das categorias fundamentais, foi feita nova análise para a extração das respectivas categorias específicas que foram marcadas com os nomes e as letras iniciais usadas para facilitar a verificação das entidades.

Etapa 9: Formação das subcategorias: nessa etapa, foi feita a análise de cada entidade dos formulários, procurando reunir aquelas com características comuns para a formação das novas subcategorias. Após o estudo de cada categoria fundamental e das respectivas categorias específicas, as subcategorias foram reunidas em um quadro com o nome sublinhado, em negrito, e com as respectivas entidades retiradas dos campos dos formulários;

Etapa 10: Extração do conteúdo das entidades: a denominação de cada entidade ou campo foi analisada com vistas a extrair seu conteúdo essencial, usando o mínimo de palavras possíveis. Foram dispensadas as palavras não significativas, tais como preposição, artigo e outras, constantes dos nomes das entidades, tomando-se o cuidado de que essa retirada não comprometesse o sentido dos elementos dos campos;

Etapa 11: Montagem do sistema categorial: organização das categorias fundamentais, categorias específicas, subcategorias e divisão de subcategorias com as respectivas entidades extraídas dos formulários DIRKS, em um quadro para facilitar a visualização do sistema categorial;

Etapa 12: Inclusão das categorias e entidades no editor de ontologias *Protégé* 3.1.1: para demonstrar o

sistema categorial, por meio de mapas, utilizou-se o recurso *Plugin Jambalaya* do *Protégé* 3.1.1, que permitiu a visualização da hierarquia dos conceitos da estrutura categorial, tal como proposto neste estudo. O *software Protégé* foi utilizado por ser uma ferramenta amplamente conhecida pelos profissionais que trabalham com o desenvolvimento de ontologias, incluindo as ontologias de domínio.

As categorias e seus desdobramentos, que possibilitaram o *design* do sistema categorial representativo de um domínio organizacional, foram considerados como resultados desta pesquisa, estão descritas a seguir.

RESULTADOS

Os resultados encontrados nesta pesquisa foram discutidos à luz de experiência na área de gestão arquivística e da literatura que a fundamenta. Como resultado apresenta-se um sistema categorial que reflete uma realidade organizacional e pode ser visualizado de duas maneiras: em primeiro lugar o sistema categorial apresentado de forma parcial, contendo as categorias fundamentais na ordem: Personalidade, Energia, Espaço e Tempo, seguido das categorias específicas, respectivas subcategorias e divisão de subcategoria (quadros 1 e 2). Em segundo lugar, o Sistema Categorial de Domínio Organizacional, em sua versão completa, com todos os níveis de categorias e envolvendo

QUADRO 1

Categoria Fundamental PERSONALIDADE; Categorias Específicas, Subcategorias e Divisão de Subcategorias

Categoria Fundamental	Categoria específica	Subcategorias	Divisão de subcategoria
1. PERSONALIDADE	1.1 Organização	1.1.1 Estrutura organizacional	-----
		1.1.2 Nome da unidade administrativa	-----
		1.1.3 Relacionamento administrativo	-----
		1.1.4 Característica e história	-----
		1.1.5 Competência	-----
		1.1.6 Stakeholder	-----
		1.1.7 Pessoas	Entrevistado Autoridade
		1.1.8 Produto e serviço	-----
	1.2 Instrumentos de Apoio	1.2.1 Padrões da organização	-----
		1.2.2 Requisitos de arquivamento	Justificativas
			Tipos
			Localização do requisito
	1.2.3 Controle interno	-----	
	1.2.4 Tecnologia usada na organização	-----	
	1.3 Fonte de informação	1.3.1 Documentos do processo/dossiê	-----
		1.3.2 Fonte de informação legislação	-----
		1.3.3 Fonte de informação bibliográfica	-----
		1.3.4 Fonte de informação Pessoa	-----
	1.4 Ato Normativo	1.4.1 Tipo	-----
		1.4.2 Parte	-----
		1.4.3 Finalidade	-----
		1.4.4 Alterações	-----
	1.5 Projetos, Programas	1.5.1 Programas	-----
1.5.2 Projeto terceirizado		-----	

QUADRO 2

Categorias Fundamentais ENERGIA, ESPAÇO, TEMPO, Categorias Específicas, Subcategorias e Divisão de Subcategorias

Categoria Fundamental	Categoria Específica	Subcategorias	Divisão de Subcategoria
2. ENERGIA	2.1 Função	2.1.1 Elemento de identificação	-----
		2.2 Atividade	2.2.1 Elemento de identificação
			Nota explicativa
			Número de referência
		2.2.2 Regulada e impactada pela legislação	-----
	2.3 Transação	2.3.1 Elemento de Identificação	-----
		2.3.2 Fluxo da transação	-----
		2.3.3 Risco	-----
	2.4 Processo	2.4.1 Estratégia	-----
		2.4.2 Gestão de documentos	-----
		2.4.3 Terceirização	-----
	3. ESPAÇO	3.1 Endereço da Unidade	3.1.1 Endereço da Unidade
3.2 Telefone		3.2.1 N° Telefone	-----
3.3 Endereço Eletrônico		3.3.1 Endereço Eletrônico	-----
3.4 Endereço do Site		3.4.1 Endereço do Site	-----
4. TEMPO	4.1 Ciclo de Vida	4.1.1 Fase de Arquivamento	-----
		4.1.2 Prazo	-----
		4.1.3 Destinação Final	-----
	4.2 Data do Ato Normativo	4.2.1 Data do Ato Normativo	-----
	4.3 Data do Evento	4.3.1 Data do Evento	-----

as entidades encontradas nos formulário de coleta de dados da Metodologia DIRKS². Por restrição de espaço, encontra-se neste artigo apenas a parte do sistema categorial representativa da categoria Personalidade (figura 2), a seguir.

Serão expostos e discutidos, a seguir, os resultados das análises do processo de modelagem do domínio organizacional, a partir das categorias fundamentais e suas subdivisões. A categoria 1 Personalidade reuniu as entidades dos formulários que apresentam as características relativas às coisas próprias do domínio organizacional: 1.1 Organização (Entidade Corporativa); 1.2 Instrumentos de Apoio; 1.3 Fonte de informação; 1.4 Ato Normativo e 1.5 Projetos, Programas. Observou-se que tais elementos são oriundos de vários formulários, ou seja, é possível identificar as mesmas entidades em formulários

diferentes e em mais de uma etapa da Metodologia DIRKS.

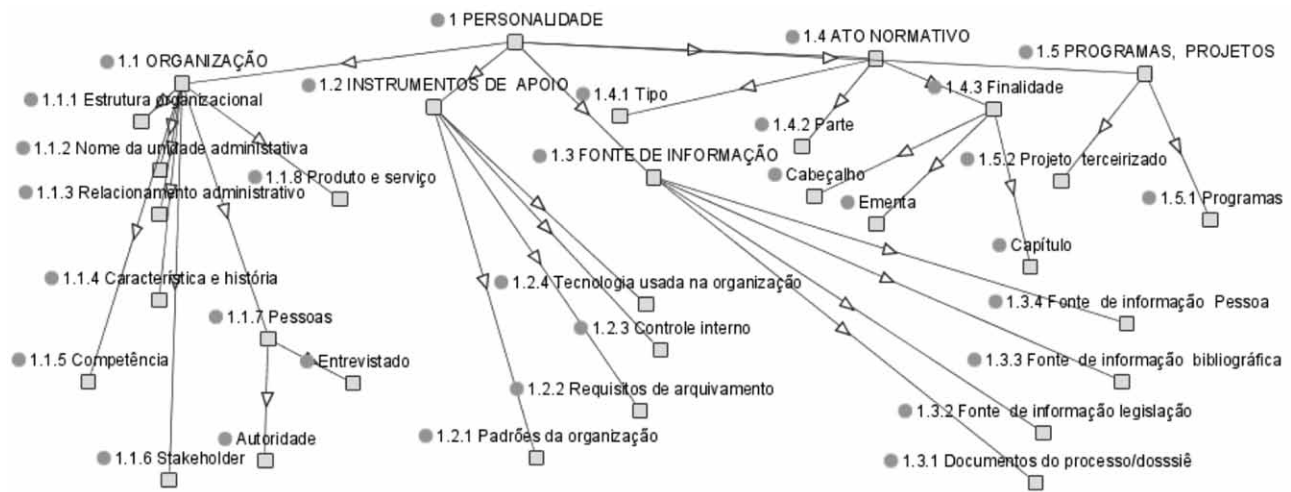
Em relação à categoria Personalidade, verificou-se que as entidades dos formulários DIRKS, que apontaram para a categoria específica Organização, revelaram informações relevantes que podem ser associadas ao contexto organizacional, tal como afirmado por Thomassen (2006).

Complementando-se os elementos que facilitam a identificação do contexto organizacional, observou-se a importância das fontes de informação, tanto para as atividades da gestão de documentos, como para o conhecimento dos recursos de informação usados no ambiente organizacional. Observa-se que tais recursos são reveladores do contexto organizacional e das necessidades de informação, sendo portadores dos requisitos de arquivamento, da história da organização e essenciais em outras funções arquivísticas, tais como descrição e elaboração dos instrumentos de pesquisa.

² As análises completas e resultados podem ser encontrados em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ECIC85CNSE/1/tese_final_050510.pdf

FIGURA 2

Categoria Fundamental 1 PERSONALIDADE, Categorias Específicas, Subcategorias e Entidades dos Formulários DIRKS



Fonte: Elaborado pelas autoras no Protegé

A segunda categoria fundamental 2 Energia compreende as ações representadas no domínio organizacional por processo, operação e técnica.

Nos formulários da Metodologia DIRKS fazem parte dessa categoria: 2.1 Função; 2.2 Atividade; 2.3 Transação e 2.4 Processo.

Na categoria 2 Energia cabe destacar a categoria específica Função, que se apresenta com relevância no contexto da missão ou do negócio de uma organização, seguindo-se as atividades, transações e processos que representam a divisão da função que é implementada para a consecução dos objetivos organizacionais.

As funções compreendem entidades de importância vital no contexto de produção e gestão de documentos, nos domínios da arquivologia. Preocupado com a descrição e análise das funções aplicadas aos arquivos e à gestão de documentos, o CIA, Conselho Internacional de Arquivos, através do Comitê de Boas Práticas e Normas, publicou a ISDF, Norma Internacional para Descrição das Funções em 2007. Essa norma tem como objetivo fornecer

as diretrizes para a “preparação de descrições de funções de entidades coletivas associadas à manutenção de arquivos”. (CIA, 2008, p. 11). De acordo com a ISDF, função é “qualquer objetivo de alto nível, responsabilidade ou tarefa prescrita como atribuição de uma entidade coletiva pela legislação, política ou mandato”. Outro aspecto importante atribuído às funções é o seu papel na elaboração dos instrumentos de gestão: plano de classificação e tabela de temporalidade. A construção desses instrumentos pressupõe a identificação das funções de responsabilidade do organismo produtor, bem como as atividades desenvolvidas referentes à área-meio e às áreas-fim de uma organização.

A categoria fundamental 3 Espaço abriga os elementos dos formulários que permitem a localização de entidades, tanto da instituição quanto de pessoas, que têm relação com a mesma. As subcategorias que se relacionam a espaço são: 3.1 Endereço da Unidade, 3.2 Telefone, 3.4 Endereço do Site.

Por último, a categoria fundamental 4 Tempo. Nesta categoria foram agrupados os conceitos que denotam duração dos fenômenos ocorridos no domínio.

Foram identificadas as categorias específicas: 4.1 Ciclo de Vida; 4.2 Data do Ato Normativo e 4.3 Data do Evento. A categoria Tempo aparece como um dos elementos que registra o tempo de guarda no instrumento de gestão de documentos, Tabela de Temporalidade, utilizado para a atividade de avaliação dos documentos de arquivo e que distingue os documentos de guarda temporária dos de guarda permanente. Outros aspectos relativos ao tempo e que podem ser destacados neste estudo são divisão da categoria em Ciclo de vida e Destinação final. A primeira menciona a definição do prazo de guarda, associado ao ciclo de vida dos documentos, fazendo referência à teoria das três idades da arquivologia; a segunda, a destinação final, compreende a tomada de decisão em relação à eliminação dos documentos ou à guarda permanente.

Cabe aqui resgatar alguns princípios fundamentais da arquivologia e da ciência da informação que emergem ou se relacionam à criação dos instrumentos de gestão. Podem ser citados os princípios teóricos da área: os princípios do respeito aos fundos, da ordem original e a abordagem da teoria das três idades, que contribuíram para a interpretação dos elementos dos formulários de coleta de dados.

Na modelagem de domínios organizacionais, a garantia organizacional se apresenta como um respaldo para a presente pesquisa. Barité (2007), em seu trabalho sobre garantias, frisa a importância da gestão do conhecimento e da informação técnica, administrativa e logística para manter a troca de informação e cumprir os objetivos organizacionais. Um aspecto que merece destaque em relação às garantias para a representação de domínios é apontado por Beghtol (1986) sobre a garantia cultural. De acordo com a autora, as relações semânticas são dependentes do contexto cultural. Tal garantia revela indícios do impacto da cultura organizacional na representação do conhecimento.

A representação do conhecimento se modifica de acordo com a visão de mundo dos membros da organização, aspecto também focado por

Hjørland (1997) e Lykke-Nielsen (2000), assim como as estratégias de cada um para buscar e usar as informações e o conhecimento gerado. Além desses autores, Barité (2007) e Rondinelli (2005) salientam a importância da garantia organizacional, as características e o contexto da organização, assim como os elementos da garantia organizacional indicados na norma ANSI/NISO Z39.19-2005, vistos como relevantes para a representação do conhecimento.

Extrapolando o contexto da pesquisa, pode-se assegurar que as etapas para a elaboração do sistema categorial proposto equivalem à fase denominada conceitualização, identificada na construção de ontologias, conforme descrito na etapa de construção da *methontology*, indicada no estudo de Silva (2008). Segundo a autora, essa etapa compreende a busca de entidades e proposta de estruturação do domínio do conhecimento em um modelo conceitual.

Cumprindo ainda acentuar que os campos presentes nos formulários da Metodologia DIRKS e que foram analisados não representam os dados e sim os metadados, destinados à modelagem de um domínio organizacional. Sheperd e West (2003), em estudo sobre os metadados, a partir da norma AS ISO 15.489 e da norma ISAD, definem os metadados para a gestão de documentos. De acordo com as autoras, esses recursos referem-se aos dados necessários para gerenciar, recuperar e acessar os documentos de arquivo, ao longo da sua vida. Para reforçar seu estudo, Sheperd e West (2003) apresentam a definição de Wallace (2001): Metadados é a “informação estruturada ou semiestruturada, que permite a criação, a gestão e o uso de documentos através do tempo e do domínio no qual eles foram criados”, (WALLACE, 2001³ citado por SHEPERD e WEST, 2003, p.11).

³ WALLACE, David A. Archiving Metadata Forum: Report from the Recordkeeping. Archival Science, v. 1, p. 253-269, 2001. 2001 Netherlands KluwerAcademic. Disponível na internet em: <http://www.springerlink.com/content/r55087527k0r023j/fulltext.pdf>

Nesse sentido, pode-se afirmar que há indícios que o sistema categorial resultante da presente pesquisa possa ser visto como um padrão de metadados, representando um domínio organizacional.

Finalizando, afirma-se que o sistema categorial, construído a partir dos formulários da Metodologia DIRKS, permitiu evidenciar um *design* de universos organizacionais do ponto de vista da arquivologia. Em relação à questão principal deste estudo, pode-se afirmar que, em uma abordagem preliminar, as entidades identificadas como elementos fundamentais para a modelagem de domínios organizacionais encontram-se representadas no sistema categorial resultante deste estudo.

Devido ao potencial de interesse comum das temáticas constantes da pesquisa apresentada, ressalta-se a necessidade de sua continuidade, envolvendo estudos futuros sobre análises de domínios com finalidades diversificadas, desenvolvidos por equipes interdisciplinares formadas por profissionais vinculados às diversas vertentes e aplicações da ciência da informação.

Data de submissão: 30-11-2010

Data de aceite: 14-06-2012

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Lídia. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaços digitais. *Enc. Bibli. R. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis, n.1, 1º sem. 2003

ARANGO, G. Domain Analysis Methods, In: WORKSHOP ON SOFTWARE ARCHITECTURE, 1994, Los Angeles. *Anais...* Los Angeles: USC Center for Software Engineering, 1994.

ANSI/NISO Z39.19-2005. *Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies*. Bethesda: NISO Press, 2005.

AUSTRALIA. NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. *Designing and Implementing Recordkeeping Systems (DIRKS) Manual*. Canberra: National Archives of Australia, 2007. Disponível em: <<http://www.naa.gov.au/records-management/publications/DIRKS-manual.aspx>>. Acesso em: 22 nov. 2007.

AUSTRALIA. National Archives of Australia. *Manual for designing and implementing recordkeeping systems (DIRKS Manual)*. Canberra, 2001. Disponível em: <<http://www.naa.gov.au/recordkeeping/dirksman/dirks.html>>. Acesso em: 19 nov. 2007.

AUSTRALIAN STANDARD AS ISO 15.489 - *Records Management* . Version 1.3 17/04/2008. Disponível em: <www.archives.sa.gov.au/files/management_ARM_ISO15489.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2009.

BARITÉ, Mario. La garantía literaria: vigencia y proyección teórico-metodológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. *Anais*. Salvador, 2007.

BEGHTOL, C. Semantic validity. *Library Resources & Technical Services*. v. 30, n.2, abr./jun.1986.

CIMA, A.M.de; WERNER, C.M.L.; *A reutilização de conhecimento abstrato e a análise de domínio*. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 1997.(Relatório Técnico do Programa de Eng.de Sistemas e Computação, ES-432/97)

GUIZZARDI, G. *Ontological Foundations for Structural Conceptual Models*. 2005.PhD Thesis - University of Twente, Netherlands. 2005. (TI-FRS No. 15)

HJORLAND, B. *Information seeking and subject representation : an activity-theoretical approach to information science*. Westport, CT: Greenwood, 1997.

- LYKKE-NIELSEN, M. Domain analysis: an important part of thesaurus construction. In: ASIS&T SIG/CR CLASSIFICATION RESEARCH WORKSHOP: Classification for user support and learning. *Proceeding of the 11th ASIS&T SIG/CR Classification Research Workshop* : November 12, 2000 : held at the 62nd. Chicago: Special Interest Group/Classification Research, American Society for Information Science. Chicago: Proc.11th ASIS&T SIG/CR Classification Research Workshop, 2000
- MOREIRA, Alexandra; ALVARENGA, Lidia. O nível do conhecimento e os instrumentos de representação: tesauros e ontologias. *Datagrama zero*, n. dez./04, 2004.
- NARDI, Julio Cesar. *Apoio de Gerência de Conhecimento à Engenharia de Requisitos em um Ambiente de Desenvolvimento de Software*. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Informática) – Centro Tecnológico, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.
- NEIGHBORS, J. *Software Construction Using Components*. 1981. Ph D Thesis. Department of Information and Computer Science, University of California, 1981.
- PRIETO-DÍAZ, Rubén. Domain analysis: an introduction . *ACM SIGSoft Software Engineering Notes*, v.15, n.2, p.47-54. Apr., 1990
- RONDINELLI, Rosely Curi. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea*. 4.ed. Rio de Janeiro : FGV, 2005. 158 p.
- SHEPERD, Elizabeth; WEST, Victoria. Are ISO 15.489-1:2001 and ISAD (G) compatible? Part 1. *Records Management Journal*, v.13, n.1, p.9-23, 2003.
- SILVA, Daniela L. *Uma proposta metodológica para construção de ontologias: uma perspectiva interdisciplinar*. 286 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. *Arq. & Adm.* Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.5 –16, jan./jun. 2006.
- WALLACE, David A. Archiving metadata forum: report from the recordkeeping. *Archival Science*, v. 1, p. 253-269, 2011. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/r55087527k0r023j/fulltext.pdf>>
- VICKERY, B. C. *Faceted classification*. London, Aslib, 1960.